



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 195ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Nelson Buffara.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o número 138/77, do Senhor Jorge Abud, Presidente da Câmara Municipal de Araucária, comunicando à esta Casa, aprovação em sessão do dia 12 de setembro do ano em curso, do requerimento de autoria do Senhor Vereador Edvino Wzorek, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes com respeito à duplicação da BR-476 — Rodovia do Xisto. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: De 26 de setembro 77, Referente ofício número 1363/77 p.t.

Comando Militar do Planalto agradece em nome todos seus integrantes homenagem prestada essa Casa p.t.

Silvio Holembach p.t. General Divisão.

— Ao Conhecimento da Casa.

EMENDA:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei número 81/77

O Projeto de Lei número 81/77, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º — Fica criado o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Paraná, com a competência, organização e funcionamento, que esta Lei estabelece.

Art. 2º — Compete ao Conselho de Disciplina, assegurada ampla defesa ao acusado, julgar:

a) a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade

assegurada, para permanência na ativa;

b) a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, reformados ou na reserva remunerada, para permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art. 3º — É submetido ao Conselho de Disciplina, o policial-militar referido no Art. 2º que for:

I — acusado oficialmente de ter:

a) procedido incorretamente no desempenho de função orgânica;

b) praticado ato que afete o purdonor policial-militar ou comprometa o decoro da classe.

II — afastado do cargo, na forma da legislação vigente, em virtude de procedimento incompatível ou por demonstrar inaptidão para o exercício de funções policiais-militares.;

III — condenado por crime comum ou militar, de natureza dolosa, sem sentença definitiva, à pena restritiva de liberdade;

IV — filiado a partido político ou associação assemelhada, suspensos ou dissolvidos por Lei, ou que exerçam atividades nocivas à Segurança Nacional, bem como em favor deles preste serviços, angarie valores, realize propaganda de suas doutrinas ou empreste qualquer colaboração pessoal, sempre de forma dolosa.

Art. 4º — O policial-militar ao ser submetido a Conselho de Disciplina, é afastado do exercício de suas funções.

Art. 5º — A constituição do Conselho de Disciplina e a nomeação dos respectivos membros, competem exclusivamente ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 6º — O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação.

§ 1º — O membro mais antigo, no mínimo um oficial intermediário, será o Presidente do Conselho de Disciplina; o que lhe segue em antiguidade exercerá as funções de interrogante e relator; e o mais moderno as de escrivão.

§ 2º — Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

a) O oficial que formulou a acusação;

b) — Os oficiais que tenham interesse na decisão.

Art. 7º — O Conselho de Disciplina funciona sempre com a totalidade de seus membros, tendo como local a sede de Organização Policial-Militar (OPM da área onde ocorreu o fato a ser apurado).

Art. 8º — Convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência de, no mínimo, dois dias, reunir-se-á o Conselho de Disciplina, presente o acusado e seu defensor ou o oficial que o representante no caso de revelia, adotando o seguinte procedimento:

a) Depois de prestado o compromisso legal dos membros, será procedida à leitura e à autuação dos documentos pertinentes à constituição do Conselho de Disciplina e à nomeação dos seus integrantes;

b) Em seguida, ordenar-se-á a qualificação e interrogatório do acusado, o que será reduzido a termo, devidamente assinado, fazendo-se, também, a juntada de todos os documentos oferecidos pela defesa nos autos do processo.

§ 1º — A fórmula de compromisso do presidente é: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que me foram submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometo".

§ 2º — Quando o acusado é praça da reserva remunerada ou reformado e não é localizado ou deixa de atender à intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Disciplina:

a) A intimação é publicada em órgão de divulgação na área de domicílio do acusado, durante 3 (três) dias;

b) O processo corre à revelia, se o acusado não atender a publicação.

Art. 9º — Aos membros do Conselho de Disciplina é lícito reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 10 — Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1º — O acusado, salvo revelia, deve ser intimado a comparecer a todas as sessões do Conselho de Disciplina, exceto à sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2º — Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção perante o Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3º — As provas a serem realizadas mediante carta precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar.

§ 4º — O processo é acompanhado por um oficial:

a) indicado pelo acusado para a sua defesa;

b) designado pelo Comandante-Geral da Corporação, nos casos de revelia.

Art. 11 — O acusador será ouvido pelos membros do Conselho de Disciplina, para ratificar os termos da acusação, podendo ser inquirido pela defesa.

Art. 12 — O Conselho de Disciplina dispõe do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive a remessa do relatório.

Parágrafo único — O Comandante-Geral da Corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 13 — Realizadas todas as diligências, o Conselho de Disciplina passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1º — O relatório, elaborado pelo escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir se:

a) é, ou não, procedente a acusação;

b) no caso do item III, do Art. 3º, levados em consideração os preceitos da aplicação da pena estabelecidos no Código Penal comum ou no Código Penal Militar, é ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2º — A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3º — Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4º — Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o presidente do Conselho de Disciplina remete o processo ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 14 — Recebidos os autos do processo do Conselho de Disciplina, o Comandante-Geral, justificando os motivos da decisão, determinará:

I — o arquivamento do processo, se não julga o policial-militar culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;

II — aplicação da pena disciplinar, se considera contravenção ou transgressão disciplinar a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado;

III — a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime, a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado;

IV — a exclusão a tem da disciplina, se julga culpado o policial-militar submetido a Conselho de Disciplina pelos itens I, II e IV, do Art. 3º, desta lei;

V — a remessa do processo ao Governador do Estado para a efetivação da reforma se, pelo crime cometido, previsto

no item III, do Art. 3º desta lei, considera que o policial-militar está incapacitado para permanecer na ativa ou na situação de reserva remunerada.

§ 1º — O despacho que determinar o arquivamento do processo, sob a forma de Portaria, será publicado no Boletim do Comando-Geral da Corporação e transcrito para o cadastro do policial-militar.

§ 2º — A reforma do policial-militar é efetuada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 15 — O acusado ou, no caso de revelia, o oficial que acompanhou o processo, pode interpor recurso da decisão do Comandante-Geral da Corporação.

Parágrafo único — O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação em Boletim da decisão do Comandante-Geral da Corporação.

Art. 16 — Cabe ao Governador do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento do processo, julgar o recurso que for interposto da decisão de que trata o Art. 14.

Art. 17 — Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 18 — Para os efeitos desta lei, o prazo de prescrição, nos casos previstos no Art. 3º, I, II e IV, será de 3 (três) anos, a contar da data em que o fato foi praticado pelo policial-militar.

Art. 19 — O parágrafo único, do Art. 294, da Lei número 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar), passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único — O Aspirante-a-Oficial e as demais praças com estabilidade presumida somente serão excluídos em virtude de decisão judicial ou com base no julgamento de Conselho de Disciplina”.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei número 93/77, oriundo de Mensagem Governamental número 77/77, que institui a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PARANÁ, vinculada à Secretaria de Agricultura e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, regime de urgência para o Projeto de Resolução número 287/77, que dispõe sobre licença do Governador e Vice-Governador do Estado, para afastamento do cargo.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, requer que ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, solicitando providências imediatas para a instalação de agências do Banco do Estado do Paraná S/A., nos Distritos de FIGUEIRA, no Município de Curiúva, e de ROSÁ-

RIO, no Município de Grandes Rios.

Ambos os distritos são dotados de todos os equipamentos urbanos indispensáveis ao bom funcionamento de uma agência bancária, como também concentram intensas atividades econômicas. Em nenhum deles funciona qualquer estabelecimento bancário, razão porque satisfazem as condições estabelecidas pelo Banco Central e que permitem as instalações ora solicitadas.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação e Cultura, enfatizando a necessidade de criação e instalação de Curso Colegial - segundo grau - na cidade de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Além da existência de mais de mil propriedades agrícolas cujas áreas variam de 2 a 30 alqueires sem escrituras definitivas, também a carência de curso colegial de segundo grau, concorre, de certa forma, para o êxodo populacional que se verifica ultimamente no Município de Terra Roxa. É desnecessário salientar a enorme contribuição que a comunidade terraroxense dá ao processo de enriquecimento do Estado e da Nação em virtude da conhecida potencialidade de sua agricultura, amplamente diversificada e de sua exuberante pecuária. No entanto, o Governo do Estado, alheia-se ao justo dever de retribuir o que de lá recebe e que motivaria a consolidação de sua soberania sócio-econômica. Ao término do curso de primeiro grau - nível ginasial - os estudantes obrigam-se a partir para outros centros para continuidade de seus estudos, em virtude da inexistência de escola de níveis imediatamente superiores. Temos convicção que à vista de tais fatos, o Senhor Secretário de Educação, professor Francisco Borsari Netto, determinará imediatas providências objetivando a implantação de cursos colegiais - Científico, Comércio e Normal Colegial - no Município de Terra Roxa, de expressiva importância no alicercamento da prosperidade paranaense e brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, encarecendo junto ao mesmo a determinação de data para a instalação da Comarca de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Todo o laborioso povo terraroxense encontra-se, justificadamente, ansioso para participar da solenidade de instalação de sua comarca.

Um majestoso prédio para abrigar o Fórum está, já algum tempo concluído.

Realmente, a elevação de Terra Roxa à categoria de Comarca, desmembrada que foi de Guaíra, numa distância de vinte quilômetros, revestiu-se como ato de justiça do Poder Judiciário para com aquele próspero município.

Entretanto, a delonga no processamento de sua instalação é injustificável, fomentando inclusive insinuações de que forças políticas estão retardando o ato oficial de desmembramento.

PROJETO DE LEI NÚMERO 137/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Centro de Promoção Humana São Benedito — CEPRHUSB, com sede em Apucarana, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Apucarana na esfera da assistência social, fazendo-o desinteressadamente. Pela documentação apresentada, verifica-se que a mesma preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal pertinente à matéria, razão porque submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI NÚMERO 138/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais — SOS, com sede de foro na cidade de Apucarana.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal, reguladora da matéria.

Os serviços que vem prestando junto à comunidade de Apucarana, vem comprovar a sua capacidade para que o poder público a reconheça como de utilidade pública e assim possa auferir as regalias legais.

A documentação que anexamos ao presente, justificam plenamente o que ora propomos, e que temos a certeza, contará com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar, representante do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Poder Legislativo e seus componentes, têm o direito de serem informados sobre a administração do Estado. Direito inscrito na Constituição Estadual, de que cada Deputado é investido. Esse direito decorrente, em cada representante do povo, se justifica, plenamente, e mesmo na excepcionalidade não se o subtrai aos parlamentares.

A administração estadual somente está aberta aos seus próprios participantes. Não é isso uma característica da atual ou das administrações do Paraná. Dela, o povo conhece os efeitos particulares; dela, o povo e seus representantes conhecem, além dos efeitos particulares sobre cada setor, em certos momentos, a divulgação oficial ou oficiosa.

Mesmo os parlamentares da Situação. Os Deputados do Governo, encontram dificuldades para compreender a política governamental; não os efeitos que lhes são gratos e gratificantes, mas o sentido e o alcance dos programas.

Os representantes do povo, precisam muitas vezes de informações que não estão nos livros, nos boletins e, nem mesmo, nos planos setoriais. É que a política é uma coisa viva, pre-

cisando quem a planeje e, quem a realize. Um plano no papel não tem a mesma textura da ação implementada.

Muito temos ouvido sobre as Secretarias do Governo. Pouco nos fornece uma visão global; mesmo quando tomamos aspectos setoriais decisivos. A cada visita de Secretário — talvez com a exceção dos Transportes, que se ateve ao específico — ficamos praticamente no mesmo.

Temos visto constante divulgação da Secretaria da Agricultura do Paraná, porém de forma a demonstrar que se desencilhou de muitas atribuições do passado, situando-se com uma administração de serviços delegados ou realizados por entidades específicas.

Numa época em que voltamos a confessar nossa dependência da agricultura e, portanto, da importância das atividades agrícolas. Quando percebemos que não podemos entregar ao Governo Federal toda a política agrícola do Estado, temos necessidade de analisar a atuação da Secretaria da Agricultura do Estado.

Mas, Srs. Deputados:

Não dispomos dos conhecimentos concretos da atuação dessa Secretaria. Por isso, estamos endereçando àquela pasta estadual, um pedido de informações, que nos instrumente para melhor exercermos nosso mandato."

Encaminhados, nesta oportunidade, Sr. Presidente, o seguinte requerimento: (Lê):
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, manifestado o Plenário, o seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Doutor Paulo Carneiro Ribeiro:

1 — Quais as entidades administradas pela Secretaria da Agricultura que realizam programas de:

a) — Preservação e conservação de parques e reservas florestais: onde, com que custos, com que pessoal?

b) — Seleção e experimentação de sementes e mudas: onde estão localizados os campos experimentais, com que custos da administração direta e, com que pessoal?

c) — Especificamente para a fruticultura: onde, em que campos experimentais, com que custos e, com que pessoal?

d) — Implementação de produção agrícola em alguns municípios, em caráter experimental: qual, com que custos, com que pessoal?

2 — O programa de ação da Secretaria da Agricultura se baseia em que estudo, de que organismo?

3 — A campanha pela Citricultura Paranaense como se está desenvolvendo?

a) — As áreas produtoras: estatísticas de produção dos três últimos anos.

b) — As áreas afetadas pelo cancro cítrico: estatística de erradicação dos laranjais, durante os últimos três anos.

c) — Estatística de produção da Citricultura Paranaense durante os últimos três anos.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977."

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que tínhamos a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, representante da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Uma das condições básicas para o desenvolvimento nacional e o fortalecimento e a expansão das empresas privadas existentes e a oferta de condições para novos empreendimentos, através de uma "injeção" de dinamismo na atual política econômico-financeira.

A empresa de capital nacional, principalmente a de pequeno e médio porte, passa hoje por um elevado grau de endividamento, devido a concentração da poupança pelo Estado, que determinou um decréscimo na sua rentabilidade média, em relação às empresas estatais e estrangeiras.

à iniciativa privada no Brasil, decorre principalmente do processo inflacionário que se observa no País e do crescimento automático dos recursos compulsórios, como o PIS-PASEP e o FGTS.

Outro dado que revela a fragilidade do capital privado nacional que enfrenta a falta de recursos e o crescente endividamento, refere-se à expansão das empresas privadas, estatais e estrangeiras, no ano passado. As primeiras cresceram 9,2 por cento em relação a 1975; as segundas, 9,1 por cento e as últimas 10,2 por cento.

Mas é na rentabilidade que a empresa privada nacional demonstra sua fraqueza, pois do total de vendas, no ano passado, ela tem lucro de apenas 5 por cento, enquanto que as estrangeiras, 8 por cento, e as estatais a diferença nada mais, nada menos, do que 30 por cento.

Por aí podemos medir a ação do Estado no processo de capitalização das empresas privadas e verificar sua participação tanto na formação como na gestão dos recursos financeiros.

Esta concentração de renda deve-se, principalmente, (como já disse), a criação nos últimos anos dos mecanismos de captação de recursos, como FGTS, o PIS e o PASEP. Contribui para isso também a grande proliferação das organizações financeiras estatais, como o BNDE, o BNH, a Caixa Econômica Federal e as Caixas Econômicas Estaduais.

Estes problemas são os que mais afetam a classe empresarial brasileira, que aguarda com crescente expectativa a realização da IV CONCLAP — Conferência Nacional das Classes Produtoras, marcada para o final deste mês, no Rio de Janeiro.

Tenho me referido diversas vezes sobre a CONCLAP, em pronunciamentos anteriores, porque considero este encontro de extrema importância para as classes política e empresarial. Dele poderão surgir algumas soluções para os problemas que tanto afligem os empresários brasileiros, de um modo geral, e nossos empresários paranaenses, de modo particular.

Como empresário que sou, e sobretudo na qualidade de política, tenho uma grande preocupação pelo fortalecimento da empresa privada nacional, pois entendo que um representante do povo não pode ficar alheio a este impasse em que a sociedade e a economia estão mergulhados.

As soluções que poderão advir da IV Conferência Nacional das Classes Produtoras beneficiarão, sem dúvida, a classe empresarial brasileira, mas beneficiarão ainda mais a população, que representa o mercado consumidor, e que sobre mais diretamente os efeitos da inflação, dos altos juros e da concentração de recursos em mãos do Estado.

Todos os aspectos devem ser altamente debatidos na IV-CONCLAP, porque uma reforma econômica faz-se urgente e necessária.

Os próprios empresários se declararam dispostos a dialogar em igualdade de condições com todos os demais grupos sociais, conforme se deduz da "Carta dos empresários aos brasileiros", editada há duas semanas em São Paulo. A curta mensagem dos empresários mais representativos do Brasil teve grande repercussão porque encerra os valores democráticos mais consagrados: a liberdade e a justiça social.

E é justamente a proposta de uma diálogo amplo pela sociedade "como um todo" que valoriza a manifestação dos empresários brasileiros, porque eles demonstram estarem sensibilizados com importantes correntes da opinião pública.

O desejo dos empresários manifestado pela frase "QUEREMOS PARTICIPAR DO PROCESSO" deve ser o desejo de todos nós.

Por isso não hesitarei em trazer à tribuna assuntos de relevante interesse social como este a que me referi hoje.

Sem dúvida, é preciso reformular o atual sistema, através de um mercado de capitais dinâmico, que fortaleça a empresa privada nacional, à altura das potencialidades do nosso país e condizente com a democracia que todos almejamos."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Secciono o Pequeno Expediente, nesta questão de ordem, para buscar da Mesa, uma informação:

Preâmbulo, Sr. Presidente, para poder justificar o pedido.

Há algum tempo atrás, e não vai muito, a Casa aprovou projeto de lei oriundo de Mensagem Governamental, prorrogando um prazo de convênio, que possibilitava o estendimento de vantagem legal a integrantes da Polícia Militar, que prestam serviços na área da Polícia Civil. No momento da tramitação, Sr. Presidente, formulei emenda, a Casa aprovou, com aquiescência do eminente Líder da bancada governista, que inclusive entendia, como entendeu a Casa, de que a argumentação usada, que o importante, não era prorrogar este desvio de pessoal, de contingente da Polícia Militar para a Polícia Civil. A solução estaria, em se ampliar o número de funcionários, número de cargos, na Polícia Civil.

O Governo do Estado, Sr. Presidente, remeteu a esta Casa, projeto de lei exatamente neste sentido:

Buscando a ampliação de cargos na Polícia Civil, duplicando ou triplicando esses cargos; buscando quem sabe, sanar este problema e dotar o aparelho policial de recursos indispensáveis para que possa tratar da segurança do Estado.

Sr. Presidente, sou procurado para que possa dar alguma informação e não soube dá-la, por isso, transiro o pedido à Mesa, neste momento, esperando que até o final a Mesa possa nos informar.

Trata-se do Projeto de Lei número 109/77, Mensagem número 79/77, que desde meados de agosto, se encontra com pareceres das Comissões, e afetado por regime de urgência. Portanto, tendo cumprido a sua tramitação nas Comissões Técnicas e devendo seguir aceleradamente em fase desse regime de urgência, requerido pelo próprio Líder do Governo nesta Casa.

Gostaria de conhecer da Mesa, porque este projeto não veio ainda à deliberação do plenário, onde se encontra este projeto, Sr. Presidente, e se há razões por parte do autor para que o projeto não seja apreciado pela Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — O Deputado Enéas Faria, tem por escrito o requerimento ou é verbal?

O SR. ENÉAS FARIA — Verbal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria). — Segundo a nossa Assessoria, da Mesa, está incluído para a Ordem do Dia de amanhã, o Projeto de Lei número 109/77. Será objeto inclusive hoje de anúncio, para a sessão de amanhã.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço, Sr. Presidente, a presteza da informação e da colocação em pauta deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Transiro os agradecimentos à Assessoria desta Presidência.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella, representante do MDB, nesta Casa.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de receber uma Carta de S. Exa. o Sr. Emílio Médici, ex-Presidente da República.

Há dias, apresentamos um requerimento congratulando com o término da BR-153.

(Lendo): "Deputado Domício Scaramella, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Deputado.

Tenho a grata satisfação de acusar recebimento do ofício número 1341/77 do Exmo. Sr. Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhamos cópia autêntica do requerimento de V. Exa. propondo a aprovação do Plenário, voto de congratulações pela conclusão da Rodovia Federal BR-153.

Aprovada a moção no qual me vejo honrosamente incluído como um dos destinatários, cabe-me agradecer a V. Exa. pela gentileza de ter tomado a iniciativa e rogo ser portador de

minha gratidão aos Exmos. Srs. Deputados que aprovaram o requerimento e declararam-me sumamente desvanecido pela distinta e amistosa atenção dos componentes desta egrégia Assembléia.

Por oportuno, apresento a V. Exa. a manifestação de minha alta consideração e reconhecimento.

Cordialmente.

EMÍLIO MÉDICI"

Mas, nós como um dos representantes do Sul, que faz parte do Sudoeste do Estado, estrada que há mais de trinta anos estava com um projeto rolando pelo Brasil afora. E nós há dias passados nos congratulamos não só com S. Exa. o Presidente da República como o Sr. Ministro dos Transportes, com o ex-Presidente da República, o ex-Ministro dos Transportes, os homens que iniciaram aquela estrada. E não era mais do que a nossa obrigação.

Havendo esta resposta era uma obrigação nossa dar conhecimento à Casa para que todos os Srs. Deputados tenham conhecimento da carta de S. Exa. o ex-Presidente da República.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O INPS confirma que apenas 10 por cento de um total de 3.951 Municípios existentes no País, estão com sua situação regularizada junto à previdência social.

É problema antigo, a bem dizer crônico, o dos débitos da Prefeitura Municipal para com o Instituto Nacional de Previdência Social. Esses débitos vêm se avolumando ano a ano, acumulando-se e avultando qual bola de neve. E, a despeito da boa vontade dos administradores municipais e do empenho do INPS, a situação permanece num verdadeiro impasse, pois parece praticamente impossível que a maioria dos municípios possa vir a saldar tais débitos.

2 — Essa situação, além de ser constrangedora para as Prefeituras, que sofrem restrições decorrentes de sua incapacidade de resolver dívida previdenciária, o é também para o próprio INPS, que se vê às voltas com um problema aparentemente insolúvel. É que tal situação revela a existência de um ponto de estrangulamento no organismos estatal, cujo elo mais fraco é, inegavelmente, o Município.

3 — Assim é que, ao mesmo tempo em que os Municípios aumentavam seus débitos para com o INPS, não podendo arcar de fato com os cargos sociais de seus próprios servidores, eram obrigados a dedicar uma grande parte de seus orçamentos à assistência social, como verdadeiros instrumentos que são da tão reclamada redistribuição da renda. Sendo a sub-unidade da Federação que se encontra mais próximo ao povo, seus mandatários, principalmente nos pequenos Municípios, não se podem encastelar na impensabilidade administrativa. No contato direto com o povo, são compelidos, pela própria vivência dos problemas de seus administrados, a dar prioridade ao atendimento das faixas da população mais imediatamente necessitada, com programas de assistência social, sanitária e educacional que, naturalmente, sangram os cofres municipais. Santa e justa sangria, que canaliza os recursos públicos para as áreas mais necessitadas.

4 — Assim também, arcam essas Prefeituras com os ônus de dar, efetivamente, a seus servidores aqueles direitos que lhes são assegurados pela Previdência Social, mas que não lhes são outorgados pela irregular situação desse Municípios para com o INPS. As folhas de pagamentos são avultados por inativos. E o atendimento a servidores em licenças para tratamento de saúde, gestantes, ou em situações outras que, normalmente seriam de responsabilidade do INPS, vêm, mais ainda, onerar os cofres municipais.

Não se pode atribuir tal situação à inépcia, à incúria dos administradores municipais. Seria admitir que a maioria absoluta e esmagadora dos administradores, em largos anos, têm sido inéptos. Só no Paraná, mais de 95 por cento das Prefeituras estão em débitos para com o INPS. O que ocorre, como já se frisou, é que os municípios são o ponto de estrangulamento do sistema, merecendo por isso mesmo, um tratamento especial.

6 — Estas considerações todas levam a uma conclusão: se os Municípios vêm arcando com pesadíssimos encargos de assistência social, que indiretamente beneficiam o INPS, pois dão assistência exatamente naquele lugares onde a população é mais carente de recursos sem, no entanto estar ao abrigo do sistema previdenciário, estão eles se antecipando DE FATO ao trabalho do instituto, a um trabalho que inadiável e vem ao encontro dos programas nacionais de desenvolvimento. Portanto, é justo que tais encargos lhes sejam, levados a crédito, já que aos municípios são levados a débito as obrigações previdenciárias.

7 — Assim é que vem propor e sugerir, como solução a esse problema crônico dos débitos previdenciários das prefeituras, que seja feito um levantamento das despesas que elas tiveram com assistência e previdência social, dentro do período do débito exigido, sendo descontado o valor dessas despesas — ou pelo menos parte desse valor, para que haja um tratamento “equânime” e justo. Efetivamente, não se pode dar o mesmo tratamento a empresas privadas, que têm como único ou principal finalidade, o lucro, e órgãos da administração pública, precipuamente dedicadas a assegurar o bem comum.

Com essa previdência, estar-se-á a um tempo solucionando um problema que vem afligindo os municípios há muitos anos e reconhecendo-lhes sua efetiva contribuição aos programas de assistência social.

Fica portanto, nossa sugestão, ao Senhor Ministro da Previdência Social para que com seu alto descortínio e reconhecida compreensão dos problemas previdenciários nacionais haverá de saber avaliar a seriedade do problema.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está lançada a campanha da pechincha. O Deputado Erondy Silvério, ontem, veio à tribuna, falar sobre a pechincha. Fez críticas severas à campanha. Mas, na realidade, estamos novamente envolvidos em mais uma campanha governamental, das muitas que se fazem por todos os meios de comunicação; campanhas promocionais caríssimas, falhas de conteúdo, abusivas da paciência do povo.

Mas a campanha que hora se inicia, é para pasmo geral, a campanha da pechincha. A pechincha se apresenta como um remédio para a inflação. Antes era o chuchu.

A pechincha será a solução para o alto custo de vida. A pechincha será a panacéia para todos os males que afligem a maioria da população brasileira. Observamos nesta campanha a transferência de responsabilidade, ou melhor, é uma declaração de incompetência de incapacidade, ou melhor, é uma declaração de incompetência e de incapacidade do Governo. Daqui para a frente, se não diminuir o custo de vida, se a inflação não parar, se o salário não der para cobrir as necessidades mais prementes das famílias, a culpa é, absolutamente, das próprias famílias.

O Governo não tem mais nada a ver com o problema. Os problemas, só se o povo não pechinchar que não serão resolvidos.

Mas, pechinchar no quê?

A grande maioria do povo brasileiro só tem capacidade — e muito limitada — de adquirir os produtos de primeira necessi-

dade para sua sobrevivência. Aí então, esbarramos num setor onde tudo, ou quase tudo, é controlado pelo Governo: o pão, o feijão, o arroz, o azeite, o açúcar e até a carne que apresenta um verdadeiro carnaval de preços.

Tudo é tabelado. Pechinchar o quê?

Se nos atermos à área de serviços essenciais, os preços de energia elétrica, de água, de gás, de transporte coletivo, os impostos e taxas, não há chance de pechinchar.

Na área da Educação, a possibilidade de pechinchar é nula, como quase nula é a possibilidade de pechinchar na área da saúde, onde os medicamentos são remarcados a cada semana e as consultas médicas são incontroláveis.

Na área de lazer, nem podemos comentar, pois o povo não participa dele.

Só resta, para pechincha, a área do supérfluo que está completamente fora do alcance da quase maioria da população brasileira.

Mas, suponhamos que fosse possível pechinchar, pechinchar a quem?

Os supermercados, as lojas, as farmácias, os mercados etc., colocam, em seus estabelecimentos, funcionários com funções determinadas e restritas; com funções específicas e que não atingem a capacidade de modificação de preços. Onde estariam, onde estão, os gerentes, os donos dos estabelecimentos para atender a pechincha?

Resta pois ao Governo, o pequeno comércio, as feiras-livres, com produtos hortigranjeiros. Mas, acima de tudo, a “campanha da pechincha” — nos parece — achiñcalha ao comerciante. E aí é que está a falha.

Mas, a campanha, no entanto, é uma declaração que o comércio está explorando o povo, é declarar que os preços estão acima do permitido e que o povo está sendo roubado. Quando, na verdade, na maioria dos casos, é o contrário que acontece. O comércio está sofrendo, o comércio está sobrecarregado pelos impostos; o comércio está com as mercadorias encalhadas.

Os jornais publicam, diariamente, notícias, e mais notícias, de falências, de concordatas.

O povo está sendo iludido, a campanha de mercadorias mais caras e outras mais baratas, é um engodo e uma discriminação. Todos sabem que mercadorias mais baratas são inferiores. A busca de mercadorias mais baratas, levará, os industriais ao retrocesso no aperfeiçoamento de suas produções. Isso leva ao marasmo, à estagnação.

Procurar mercadorias inferiores levaria a sociedade brasileira à divisão de classes maiores do que as já existentes. Podendo os afortunados gozar de maiores lucros, e os infelizes, mais pobres — a maioria do povo brasileiro — deveria contentar-se com o que sobrasse.

Aqui fica o nosso protesto contra essa campanha sem finalidade, campanha sem objetivo e sem possibilidade de concretização.

Perguntamos mais por que existem SUNABs e Fiscalização?

O dinheiro gasto nessa campanha, acreditamos, poder-se-ia financiar fiscalização para coibir abusos que porventura existam, no setor comercial.

Assim, o povo seria protegido, o comércio continuaria tranqüilo, os comerciantes desonestos — se existem — seriam punidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito a contragosto volto a falar da voragem fiscal que assusta o contribuinte moderno, o contribuinte das megalópoles e das grandes cidades em ritmo de desenvolvimento, como é o caso de Cascavel. E Cascavel especificamente, Sr. Presidente, inaugurou a escalada dessa voragem tributária sem precedentes, no meu entender, na História do Brasil.

Os impostos territoriais urbanos vêm sendo objeto de sérias apreensões por parte de contribuintes de todos os municípios, sobretudo esses com maior índice de desenvolvimento; esse insólito processo de elevação dos tributos, chega à semelhança dos abusos cometidos pela Coroa, à sua Colônia Brasileira, na época em que pertencíamos ainda a Portugal.

No meu franco entender, isto é fruto de uma duvidosa e discutível legislação excepcional, que orienta os destinos jurídico-políticos e institucionais deste País.

Aí está um código tributário nacional, aí está uma lei de correção monetária, aí estão as legislações que assaltam as bolsas dos contribuintes, sem qualquer contemplação e sem qualquer respeito ao Homem. Uma legislação que visa a proteção única do Estado, a proteção única das instituições que aglomeram e concentram recursos tributários. E é por causa desta distorcida distância que existe entre o Homem e o Estado, entre o Homem e o poder público, que, pedi à minha assessoria a construir um pensamento a respeito de um processo de inconstitucionalidade representado pelo Prefeito de Cascavel, através da Procuradoria Geral do Estado.

E esta conclusão chegou, nos seguintes termos:

"O dispositivo legal em que a Prefeitura de Cascavel estribou-se para fundamentar o pedido daquela arguição de inconstitucionalidade, teve base no artigo 15, parágrafo 3º, letra "D" da Constituição Republicana. Não se aplicaria à espécie, pois trata de representação visando a intervenção nos municípios, e não para arguição de inconstitucionalidade.

Possíveis falhas encontradas na arguição de inconstitucionalidade, formulada pela douta Procuradoria Geral da Justiça, ou do respeitável despacho que concedeu a liminar, poderão ensejar a anulação "ab initio" do feito, ou, mesmo, o trancamento de todo o procedimento.

Não se encontra qualquer dispositivo legal tanto na Constituição como nas leis federais, Constituição Estadual e Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado, e do Supremo Tribunal Federal, que permita suspender a execução de Lei Municipal, mediante despacho liminar, o que é permitido, (Sr. Presidente), desde que fundamentado apenas para suspender os atos especificados no referido artigo 15, parágrafo 3º, letra "A", da Constituição do Brasil.

O despacho do Excelentíssimo Sr. Desembargador Relator daquele feito ainda não foi publicado no Diário da Justiça, razão pela qual, a Lei Municipal 03/77 promulgada pela Câmara Municipal, continua, no nosso entender, em pleno vigor.

Sem nenhum desrespeito àquela magistratura, me posiciono em defesa do contribuinte do meu Município e de todos os municípios que buscam estríbo neste inédito despacho para elevar, de uma forma abusiva, os impostos da região Oeste do Paraná e, também, da Capital do Estado do Paraná, que já querem que aquele despacho tenha efeito de lei.

"Contra o despacho que concedeu a liminar poderá caber recurso de Agravo Regimental ou pedido de sustação da liminar, os quais poderão ser apresentados pela Câmara Municipal de Cascavel ao egrégio Tribunal Pleno ou Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, respectivamente.

Qualquer contribuinte de impostos municipais de Cascavel, "como de resto em outros municípios cuja natureza é idêntica e concorre com feitos idênticos, "Teria condições de apresentar-se como parte legítima para impetrar Mandado de Segurança contra o ato que concedeu a liminar, principalmente no caso de omissão da Câmara Municipal quanto ao seu direito de recurso."

Serão necessários os votos de 11 (onze) dos Senhores Desembargadores, a fim de que o egrégio Tribunal Pleno possa descarar a inconstitucionalidade de Lei Municipal" — isto é previsto no art. 18, I, da Organização Judiciária e, também no artigo 66 — I, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

"A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 6º, parágrafo único, confere poderes às Câmaras Municipais para legislar sobre impostos, inclusive para conceder isenções ou reduções, desde que estas sejam de caráter geral.

Segundo o art. 22, X, da nossa Carta Magna, é da competência EXCLUSIVA da Assembléia Legislativa do Estado, suspender a execução, no todo ou em parte, de Lei Municipal declarada inconstitucional, após decisão definitiva do Tribunal de Justiça."

Não ocorrendo este evento naquela espécie, Sr. Presidente, não há porque se levar o contribuinte e a opinião pública, a erros que podem redundar em prejuízo e pânico na cidade, como está acontecendo. E não pela forma com que estribou aquele duto parecer, aquela duto decisão preliminar daquele egrégio magistrado.

"Da mesma forma, é atribuição do Governador do Estado, decretar, "ad referendum" da Assembléia Legislativa, a intervenção nos Municípios, resultante dos casos previstos no art. 118 da Constituição Estadual, em cujo inciso IV vem repetida a redação dada à alínea "D" do § 3º do art. 15 da Constituição do Brasil, do qual se serviu a Prefeitura Municipal de Cascavel para dar início a todo o procedimento.

Estes, os principais itens, cujos estudos poderão ser aprofundados" a medida que o feito vai tomando corpo e tramitando naquela egrégia Corte.

Eu não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar passar este momento para declarar o meu ponto de vista e a minha repulsa pelos atos abusivos que chefes de poderes Executivos têm feito na elevação dos impostos seja no nosso Estado, seja de outros Estados, baseados nas leis de exceção que estão aí a criar uma verdadeira atabalhoadade contra o contribuinte de todo este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lendo): "O Movimento Democrático Brasileiro, como Partido criado pela Revolução de 64, soberana e conscientemente resolveu incorporar em seu programa a TESE DA CONSTITUINTE. A medida não foi bem recebida pelo sistema de Governo hoje existente. Antes de ver uma saída democrática na Constituinte, preferiram os que se julgam donos do Poder, simplesmente verem uma, ou mais uma ação subversiva.

Na verdade, não foi o MDB, quem inicialmente levantou a Constituinte como saída para a crise institucional brasileira. O Partido apenas encampou a idéia, porque de fato ela não representa apenas a saída legítima, mas antes de tudo, é uma maneira ordeira e civilizada de não apontar vencedores nem vencidos, tão somente a harmonia e conciliação nacional. O fecho de autor de um movimento revolucionário reside no ato de entregar ao povo a adoção de um novo ordenamento constitucional. Não será revolução, ao menos revolução democrática, a que não buscar no povo a sua legitimidade, para descoberta de novos caminhos.

Estes novos caminhos, estes novos ideais e também os novos métodos não podem ficar à mercê do arbítrio de homens. Podem eles, serem os mais justos e competentes, porém não é esta uma forma civilizada de viver-se em sociedade. A evolução humana e a história política dos povos demonstra clara e inofismavelmente, seu governo e governados, devem viver sob o império da lei. Toda a nação que não sujeitar-se a isto está fadada ao infortúnio.

Desejo, Sr. Presidente, nesta oportunidade, trazer à Casa, algumas considerações em defesa desta tese, a qual me parece a única saída para a grave crise em que nos vemos envolvidos. A única saída, porque ninguém pode se intitular dono da verdade para dizer o que se deve fazer nesta hora histórica. Só o povo brasileiro é o dono da verdade e para esta verdade ser expressa, só existe uma fórmula legítima de ser conseguida: a ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE.

Quero alinhar algumas razões de fundo e não de forma que justifiquem plenamente, neste quadrante histórico, a adoção de uma nova Carta Constitucional. Para efeitos didáticos, classifico minhas razões sobre estes aspectos:

ASPECTOS SOCIOLOGICOS

A última Assembléia Constituinte, que redundou na Constituição liberalizante de 46, traduziu as influências e os postulados existentes a mais de 30 anos atrás. Ora, nestas três décadas de anos, depois do espectro da 2a. Grande Guerra, a humanidade abriu cortinas que relevaram a existência de um outro mundo. As descobertas científicas. As invenções humanas em todos os ramos de atividade, determinaram uma nova forma de vida. A conquista da Lua, as comunicações fáceis fizeram com que mudanças inimagináveis viessem alterar até o relacionamento humano. Os transplantes de órgãos, as descobertas de drogas que preservam a vida humana, derrubaram muitas das falsas verdades existentes a alguns anos.

No Brasil, estas mudanças foram gritantes. A Constituição de 46 foi uma convenção adotada por apenas 45 milhões de habitantes, ao passo que hoje já somos mais de 110 milhões. Aquela população que vivia em torno de 20 por cento apenas nas cidades e 80 por cento no meio rural, população que quase triplicou-se, hoje vive já em maioria nas cidades e em minoria nos campos. Aquela população que estava retida no litoral do Brasil, hoje se encarrega de fazer uma conquista do imenso território nacional. O deslocamento da Capital Federal do litoral para o interior, determinou a mobilização de uma gama infinita de interesses que se locaram pelo interior brasileiro, chegando-se a premente necessidade de adotar-se a redivisão territorial de alguns estados, face à imperiosa e urgente atendimento administrativa-governamental.

Sofríamos, ainda, considerando os aspectos sociológicos que informavam o constituinte de 46, padrões de moral e cultura bastante rígidos. Hoje, com o advento de novas idéias a sociedade brasileira já não é a mesma da década de quarenta. A emancipação da mulher, o aumento da população jovem e uma série de fatores, estabeleceram novos padrões de comportamento. Assim é que a explosão demográfica e até um certo crescimento econômico e industrial, chegam a admitir o Brasil como potência emergente. Nós porém, que aqui vivemos e devemos ser honestos conosco mesmos, pois bem sabemos que tais afirmações ainda carecem de base para serem admitidas.

Nossos sistema educacional, preocupação de todos os governos e de todos os brasileiros, ainda é uma realidade. A atualidade do nosso ensino continua a cair e por mais que nos esforcemos a pesquisa inexiste, a arte e cultura sofrem restrição da censura, os educadores mostram-se despreparados e sem estímulos para romper o círculo vicioso que se estabeleceu. Ao par disso, os meios de comunicação da massa, ao invés de educar, parecem ter consciência de deseducar o povo, pois fazem do sexo e da violência as únicas alternativas de programação.

A família brasileira, por outro lado, é atingida também. Os milhões de menores abandonados que hoje são os futuros marginais da sociedade, não existiam a trinta anos, bem como não existiam as favelas e cortiços das grandes cidades, pelo contrário, o nivelamento de riqueza e cultura do povo era bem mais elevado.

Recentemente ainda, um canal de TV, mostrou pesquisa da cultura popular que estremeceu a todos, pela baixa e precária

educação do nosso povo.

Estes, são alguns dos aspectos de ordem sociológica que poderíamos, numa rápida análise, apontar, não discorrendo sobre outros que envolveriam posições mais polêmicas como por exemplo a destruição desordenada da ecologia, a formação de monstruosas cidades.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não seria o momento de definir-se o povo brasileiro em termos de objetivos que visassem uma reformulação de seu sistema social? Não seria de indagar-se da adoção de postulado constitucional que impedisse a formação de monstruosas cidades, que nada mais são do que gigantescas prisões onde a poluição e a marginalização humana estão presentes? Não seria, na Constituinte, o momento adequado para traçarem-se os objetivos que permitissem a fixação do homem junto às fontes primárias de produção?

Entendo, que é a Constituição verdadeira tábua de prioridade que a nação elege, cabendo apenas aos governos a execução de tais políticas e metas. Só o povo tem competência e legitimidade para escolher novos caminhos, aos Governos cabe apenas viabilizar com auxílio de políticos e técnicas as metas eleitas.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vivemos sob a égide de um modelo econômico altamente concentrador. Embora as estatísticas afirmem números expressivos da economia nacional, uma verdade se impõe: A renda nacional tem uma distribuição injusta. A riqueza é privilégio de poucos que possuem o muito até para desperdiçar em detrimento de muitos que não possuem o pouco até para sobreviver. A classe média brasileira está em extinção. Diminui o número de ricos e aumenta o de pobres. O trabalho tem remuneração defasada a cada dia que passa. A inflação intranquiliza a todos. As falências e concordatas, antes inexistentes, fazem parte do drama social de hoje, que tumultua a empresa nacional.

Ninguém já duvida de que é necessário um realinhamento nisso tudo. Não é possível ao homem com família viver de salário mínimo e ao trabalhador o direito de greve não pode ser um simples enunciado, mas sim uma garantia efetiva para restabelecer o equilíbrio social e econômico das classes envolvidas no processo de produção nacional. O sindicalismo não pode continuar com uma política meramente assistencial, mas sim ser a efetiva e autêntica representatividade política das classes laboriosas, possibilitando às mesmas reivindicar direitos e garantias no jogo democrático. Que a estrutura fundiária não fique numa sigla de INCRA, mas que efetivamente possa o homem possuir a terra e nela produzir o seu e para o sustento dos demais.

Enfim, nas democráticas discussões de uma Assembléia Constituinte, poderá o Povo Brasileiro, dizer do modelo econômico que deseja. Prevalecerão as exportações, se a maioria para elas se inclinarem, ou pela consciente manifestação, eleger-se a outro tipo de economia, em que o homem seja sempre um dado importante e não apenas um número para obtenção de um resultado econômico. As empresas multinacionais e o capital estrangeiro que se moldem à disciplina que a nação, através de seus representantes, eleger e não ao entendimento ministerial.

ASPECTOS JURÍDICOS

Sem qualquer dúvida, é na ordem jurídica da nação que se pode sentir e apontar os males oriundos da falta de uma constituição. O direito como consequência do bom senso humano, é harmonioso e suas verdades não se contradizem, pelo contrário, se entrelaçam, se completam.

Infelizmente, vivemos não sob o Estado de Direito, mas sob o Estado do arbítrio. A vontade do Governo é a Lei Maior. A força serve não ao direito, mas ao Governo. Neste status que, as garantias e direitos individuais são devorados pelo Leviatã, que busca a sua segurança em detrimento da insegurança do indivíduo. As leis, feitas e conseguidas pela intimidação não se

destinam ao homem, mas a favorecem o Estado. Por isso, extingue-se o habeas-corpus, a Lei de Segurança Nacional pode ser usada sempre que se quiser conter alguém face à amplidão do seu texto. Uma portaria ministerial derroga princípio constitucional e postulado de direito humano consagrado pela Carta dos Direitos do Homem. Enfim, a justiça rasteja e torna-se conivente com injustiças e arbitrariedades, porque até leis são feitas para favorecer indivíduos. A chamada Lei Fleury, que permite a liberdade a criminosos primários, surgiu para beneficiar conhecido e arbitrário policial. A propósito, é conveniente registrar aqui, recente editorial jornalístico do Estado de São Paulo:

— “Está na lembrança de todos que os processos penais iniciados contra os policiais apontados como participantes do famigerado bando do “Esquadrão da Morte”, com o recurso a expedientes que objetivavam desgastá-los, arrastaram-se durante anos. Enquanto isso, um trabalho paralelo buscou endeusar os denunciados, como se fossem heróis nacionais, cidadãos acima de qualquer suspeita e, pois intocáveis: não foram afastados de suas atividades como policiais e foram promovidos por merecimento, contrapondo-se à denúncia o aval dessa recomendação por serviço indispensável e publicamente relevante, e, por último, em verdadeiro acinte à Polícia e ao próprio Poder Judiciário, foi seu homem-símbolo nomeado diretor do principal departamento policial do Estado, o Departamento Estadual de Investigações Criminais.

Foi então que nada mais impediu que os julgamentos tivesse início, e a trama foi festada em Barueri, neste fim de semana: a jovem representante do Ministério Público naquela comarca, diante de ameaças que vinha recebendo, pediu o desafogamento do julgamento, negou-se porém, o juiz presidente do Tribunal do Júri, embora vítima também de semelhantes ameaças. Que dizer dos jurados, que ainda se viram diante de cerca de cem policiais no recinto do Tribunal Popular, ao se iniciar a sessão pública de julgamento? Era evidente que, sob tais condições, este não interessava mais à Justiça e sim aos réus.

Mas era o que se esperava. E isso, lamentavelmente, dá conta do interesse que altos setores da administração pública têm na absolvição dos principais “executivos” do “Esquadrão da Morte”.

Porque em nenhum país civilizado, funcionários apontados à justiça por crimes tão graves que se misturam homicídios cruéis, tráfico de entorpecentes e toda a sorte de corrupção, permaneceriam em seus postos. Muito menos seriam promovidos por merecimento. E, no caso do atual diretor do DEIC, guindados exatamente ao controle absoluto sobre a repartição policial onde nasceu o grupo sinistro.

Enquanto insistimos na inconveniência de permitirem o Ministério Público e a Magistratura, as dilações das provas a serem reunidas, pelo inevitável risco de desgaste em assunto que era de real interesse público e segurança comum, não fomos ouvidos. Agora porém, quando o adiamento se impunha, dada as pressões exercidas sobre membros do Ministério Público, e da Magistratura, sobretudo a pressão maior que foi transformar-se o réu principal em Diretor do DEIC, o Juiz de Direito negou o desaforamento e a conseqüente remessa dos debates para um tempo e clima melhor.

Afinal, a unanimidade conseguida na sentença de absolvição, a despeito da acusação impecável pela elevação e respeito ético, provou exatamente o bem fundado dos temores da jovem promotora e da impossibilidade de realizar o julgamento, como se realizou, — sem um mínimo de garantias à livre manifestação do júri. Um júri não imune ao medo e às ameaças está evidentemente desqualificado para pronunciamento de tal porte.

Eis porque o julgamento não feriu a ninguém, à Justiça porque não soube manifestar-se em sua magestade. E, aos réus, porque uma absolvição obtida com tais métodos, não os

eximirá de uma condenação pela opinião pública”.

Mas esta é a verdade, Senhores, vivemos numa época em que a Justiça não consegue, nem mesmo condenar homens notoriamente assassinos cruéis, frios, traficantes de entorpecentes. Homens que denunciados em mais de 6 processos por crimes de homicídios, são e continuam a ser os detentores de repartições policiais. Por isso, Sr. Presidente, poderíamos dizer ainda, sob os argumentos jurídicos:

De que adianta reformular-se o Poder Judiciário, se não existe constituição garantindo e fazendo cumprir as prerrogativas e garantias daquele Poder? Sem uma constituição, não alguma no mundo conseguirá distribuir justiça entre seus cidadãos, porque lhe faltará a base de tudo, que outra não é senão a constituição, único lugar onde o governador poderá igualar-se ao governante e onde este será igual aos demais. Sem constituição o governante sempre será o arbítrio, a prepotência, a força, nunca a Justiça, o bom senso, a tolerância.

A Constituinte legítima é a que nasce do direito e no Estado democrático a única fonte de direito constitucional é a soberana Assembléia Constituinte.

Caberia, finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a apreciação de alguns argumentos de ordem política, para também atestarem com veemência a inadiável convocação de uma Assembléia Constituinte. Fala-se entretanto, que o atual Congresso seria o encarregado de compilar o novo ordenamento nacional. Ora, não basta o triste exemplo de 1967, que não chegou a durar um ano apenas? Qual a dignidade do nosso Congresso, em que pese as ilustradas figuras que o compõem, para votar princípios de contenção de poder do executivo, se este mesmo Congresso deixou-se fechar pelo Governo e o que é pior, rastejou até ele para ser aberto, sem elevar ao menos um formal protesto? Que legitimidade teria o atual Congresso para laborar uma nova Carta Constitucional, se não lhe é dado competência nme para eximir-se do arbítrio dos atos institucionais?

O que é preciso é o gesto de grandeza do atual governo de assumir, perante o povo, o solene compromisso de acatar aquilo que os representantes deste povo, livremente escolhidos em eleição direta entenderem deva ser objetivado pela nação. Este gesto de grandeza, este solene compromisso deve ser feito através da convenção desta Assembléia, porque será a demonstração evidente e categórica de que o governo, como os demais governados, também está subordinado-se à Constituição. Esta Constituição não será obra subversiva, mas sim o resultado dos novos caminhos abertos, será a fixação das novas metas visadas, será a legitimação da ordem revolucionária a que todos deverão quedar-se.

Sem isso, a vida política brasileira continuará na mesma. A discriminação entre civis e militares tenderá a aumentar, a corrupção acompanhará o absolutismo do poder, a instabilidade política será uma constante porque partidos devem representar ideologias, e estas só conseguem ser identificadas onde raiar a liberdade. Sem partidos não existirão políticos e sem políticos não existirá democracia. Uma coisa é base e condição de outra. Sem democracia não haverá por conseqüente direito, e sem direito inexistirá justiça. O homem sem justiça não vice, porque justiça antes e acima de tudo pressupõe liberdade.

Concluindo, teríamos ainda, Sr. Presidente, que deixar o registro e a constatação de um fato de âmbito nacional. Existe um clamor público pela institucionalização do poder. Os jornais afirmam que até o próprio Presidente teme passar à história como o feitor do “pacote de abril” — conjunto de medidas de força que no entendimento do Governo, seriam a solução nacional. Passados nem seis meses é o próprio governo que teme o julgamento da história por ter usado da força.

Não serão suficientes estes exemplos para se chegar ao entendimento de que nada que é feito pela força tem consistência jurídica para perpetuar-se na liberdade humana?”

Passados treze anos de processo revolucionário, ainda não

se conseguiu extinguir a corrupção, ainda não se viu um só nome de banqueiro ou financista ser levado à justiça, muito embora as cifras apontadas ultrapassem os bilhões de cruzeiros que a nação teve que suportar em fraudes efetuadas. Porque esperar-se mais? Talvez para propiciar aos gananciosos de maiores riquezas pelas facilidades que o poder oferece? Esperar-se mais para que a Nação continue sem líderes capazes de conduzir este povo ao grande destino que tem pela frente?

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, restam minhas modestas afirmações numa só. A Constituinte é e será o ponto de partida. Ninguém está iludido e não se quer iludir ninguém de que a simples adoção da constituinte, se estejam abrindo as portas do paraíso. Não. Tem-se a consciência clara de que ela será o ponto de partida. O único ponto de partida. Como político entendo que nenhuma nação do mundo conseguirá desenvolver-se, civilizar-se e democratizar-se, se não puder contar com autênticas lideranças para viabilizarem esta superação de si mesmas.

Este processo revolucionário que se desenvolve, na verdade, não deixa criar lideranças, sejam elas civis ou militares. A antropofagia com que se devoram aquelas personalidades, potencialmente predispostas a liderarem indivíduos, vai retardar a realidade da grande potência que podemos ser. Urge que se instaure a liberdade, para que novos líderes se forjem. Sem nomes e sem lideranças esta nação não sairá disto, não verá a democracia, não sentirá as gerações futuras se orgulharem do que estamos fazendo para lhes entregarmos uma pátria livre e soberana".

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto o Sr. Deputado Renato Bernardi, segundo orador inscrito no Grande Expediente, se deseja ocupar a tribuna. Restam-lhe 7 minutos.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito ao Sr. Presidente, que conceda o horário destinado à ARENA e ao MDB, ao Deputado Renato Bernardi.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a Deputado Renato Bernardi, 22 minutos para concluir a sua oração.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O modelo econômico brasileiro está conduzindo o País a uma perda total do controle da sua economia. Enquanto à empresa nacional ainda cabe uma participação razoável nos setores tradicionais da economia, como, agricultura, construção civil, madeira, móveis e outros, as empresas multinacionais dominam tranqüilamente o setor moderno da economia. Estão em mãos não brasileiras, os setores:

Farmacêutico	100%;
Automobilístico	99,8%;
Material de Escritório	84,4%;
Eleto-Eletrônico	77,9%;
Higiene e Limpeza	75,4%;
Plástico e Borracha	74,1%;
Têxtil	70,1\$;
Bebidas e Fumo	63,8%;
Auto-Peças	63,7%;
Distribuição de Petróleo	61,1%;
Máquinas e Equipamentos	59,4%;
Material de Transporte	58,8%.

Dentre as 100 (cem) maiores empresas do país, cinquenta e quatro (54) são multinacionais, mantendo 68,7 por cento das vendas e obtendo 64,4 por cento de todos os lucros verificados no quadro.

Os dados devem nos levar à reflexão.

Entretanto, Sr. Presidente, o quadro está mudando. Grandes transformações estão a caminho.

Quem me dera pudesse, à semelhança dos arautos de Belém da Judéia, pudesse também anunciar uma grande nova. A Boa Nova foi proclamada há quase dois mil anos, na limpidez dos céus da Palestina.

Os céus do meu Brasil hoje, estão em silêncio completo.

Nuvens negras cobrem nossa abóbada celeste. Os anúncios não são dados por meigos e seremos seres celestiais a pedir: "Glória nas alturas ao Senhor Deus e na terra Paz aos homens de boa vontade".

Não. Não. O anúncio que as trevas proclamam é outro, bem outro.

Estamos caminhando para perder o controle dos setores tradicionais de nossa economia. Já não basta ao brasileiro depender das multinacionais para a mecanização de suas terras.

Já não basta a dependência dos insumos que deve aplicar em suas lavouras para aumentar a produtividade.

Já não basta a dependência de um mercado externo controlado pela ganância daqueles que querem tudo para si.

Já não basta a multiplicação de latifúndios em mãos de grupos transnacionais a engolir os incentivos fiscais do povo brasileiro.

Já não basta a multidependência.

Pretende-se agora a dependência total.

O céu encoberto anuncia a LEI DE PROTEÇÃO DOS CULTIVARES.

"É inevitável o domínio da pesquisa por poucos e grandes grupos mediante a disponibilidade de capital e tecnologia superiores à nossa. Isto posto, não é necessário ser um gênio para se concluir a conveniente manipulação dos preços das sementes a fim de se obterem maiores lucros e o sigilo indispensável àqueles desejosos de manterem sua hegemonia sobre o setor. Que restará então no setor primário da Nação? Acaso não ficará marginalizada, ainda mais, a pesquisa oficial?

Em tais circunstâncias, como será possível a integração da pesquisa oficial e privada, que tanto se busca atualmente, sem no entanto onerar ainda mais os cofres públicos e conseqüente elevação do custo social? Dentre inúmeras outras razões, estas nos parecem as mais evidentes. Sem dúvida alguma, a Lei de Proteção dos Cultivares, é profundamente contrária aos interesses da Nação, além de contribuir para a alienação da ciência agrônoma, tornando a pesquisa inatingível por nossos profissionais". (Benjamim Hammerschmidt, Presidente da OCEPAR).

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, por seu Presidente, o ilustre técnico Walter Lazzarini Filho, em manifesto público, define a posição da classe diante da questão, em sete pontos:

1. O Estado deve ser o responsável pelas pesquisas de sementes básicas, fator estratégico na evolução da agricultura nacional. A iniciativa popular deve continuar a contribuir na ampla faixa de produção e comercialização de hídricos.

2. O projeto de Proteção aos Cultivares, que obriga grandes investimentos para garantir a exclusividade na multiplicação e na comercialização da semente, provocará a DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR, dada a desigualdade entre as empresas brasileiras e as multinacionais.

3. A produção de sementes básicas pelo Estado permite menor preço de venda ao agricultor, e, conseqüentemente, ao consumidor final. De outro lado, pesquisas paralelas feitas em sigilo por empresas e o pagamento de taxas por parte dos agricultores que realizam a multiplicação da semente contribuem PARA AUMENTAR O SEU CUSTO.

4. A multiplicação dos campos de cooperação das variedades obtidas pelos órgãos de pesquisa do governo, com fiscalização e assistência técnicas, tem possibilitado a produção tecnicamente correta de sementes, a baixo custo, e constitui importante fonte de renda para inúmeros agricultores. O projeto de lei em questão, ao vincular a produção e comercialização ao melhoramento, implicará na EXTINÇÃO DO CAMPO DE COOPERAÇÃO.

5. A produção descentralizada das sementes distribuídas por um maior número de agricultores é garantia do processo em bases permanentes e, mais importante, adaptada a cada região do país. A centralização da produção poderá não

garantir o seu volume e a sua qualidade em níveis exigidos para todo o país, e a preços acessíveis, como os decorrentes do sistema em vigor. As grandes empresas produtoras de novas variedades poderão simplesmente exportar suas sementes para áreas subdesenvolvidas e isso constituirá empecilho ao desenvolvimento dessas regiões, já que não terão variedades adequadas e especializadas para as peculiaridades de cada um.

6. A patenteação proposta pelo projeto de lei cercará de sigilo as pesquisas e as novas descobertas, acarretando sérios prejuízos à comunicação científica e à própria sociedade, as quais se verão privadas da livre divulgação dos conhecimentos e da circulação das idéias.

7. As novas variedades, descobertas ou não em nosso país por empresa estrangeira, poderão ser registradas em seu país de origem; para a multiplicação e a comercialização de sementes dessas variedades, serão necessários pagamentos de direitos à empresa e tal fato redundará em mais uma inaceitável forma de remessa de recursos tão necessários ao nosso país.

Conclui a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo:

"Considerando que o único mérito do Projeto de Lei é mostrar a necessidade de recursos para a pesquisa de sementes no Brasil, necessidade aliás que não se restringe ao setor de sementes mas que mostra ocorrer em todos os setores da Agricultura e tendo em vista os pontos abordados acima, a AEASP propõe:

- a. paralização da tramitação do Projeto de Lei;
- b. discussão ampla do assunto por todos os setores interessados;
- c. estudo de formas de canalização de recursos para pesquisa".

A FEAP (Federação da Agricultura do Paraná), em longa exposição de razões e motivos, faz uma análise do Projeto de Lei dos Cultivadores, concluindo por assumir uma posição totalmente contrária. "Essa lei, segundo o bom senso, é lesiva aos interesses não só profissionais de Engenharia Agrônômica, e a Engenharia Florestal, como também à pecuária e a trabalhos florestais da nossa Pátria".

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Faz-se necessária uma tomada de posição desta Casa. A Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda o esvaziamento da economia paranaense, em sua sessão plenária da última terça-feira, aprovou, por unanimidade, posição contrária a esta tentativa de desnacionalizar o setor de pesquisa de cultivares.

O momento é sério, muito sério. Quando os tecnocratas que se apossaram do poder decisório deste país, na esteira de um sistema onde a exceção é a regra, onde o arbítrio é a lei, onde o transitório é o válido, onde o homem virgem de votos dirige e o homem de votos é exilado em sua própria terra, nada mais causa espanto nem admiração.

O impasse é total. Político, econômico, social, cultural. Somente existe uma solução: deixar que a Nação decida seu próprio destino, sem a tutela de quem quer que seja.

Todos estão exaustos. As multinacionais sangram e drenam nossas energias para seus cofres no exterior. A Nação não mais suporta este estado de coisas. Chega de Estado de fato e casuístico.

Existe uma grande solução: a Assembléia Nacional Constituinte que deverá reconciliar o Estado com a Nação, divórcio hoje insuportável, pois o Estado propugna um direito e a Nação deseja outra. Um novo pacto social, fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte, poderá fazê-lo.

O Projeto de Lei dos Cultivares é apenas um exemplo: meio dúzia de tecnocratas, perambulando por campos abstratos e irreais, propõe uma coisa e a Nação, por seus representantes classistas, empresariais, técnicos, cientistas e políticos, não concorda. A meia dúzia se ampara na força do Poder Legal. A Nação se apoia no desejo do Poder Legítimo.

O antagonismo legalidade-legitimidade cessará no dia em que a Nação for chamada para decidir seus destinos. A nova Constituição eliminará o antagonismo. O legal então será legítimo e a legalidade será sinônimo de legitimidade, sempre. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança da ARENA, se quer usar do horário reservado (15 minutos) destinados ao Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declinado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Deferido. A Mesa determina ao Sr. 1º. Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal) (Pausa).

Responderam a chamada nominal 29 Srs. Deputados. Há quorum para deliberação.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei no. 81/77, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, com o apoio do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. — Necessita de apoio. — APROVADO. — Será anexada ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 63/77, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que reconhece de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Vital Brasil", do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede e Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 65/77, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Executivo a transferir a sedes da Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.I.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 81/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 70/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante-a-Oficial PM e das demais praças com estabilidade nos quadros da Corporação. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido Projeto de Lei foi apresentada Emenda Substitutiva, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto. Em discussão o projeto e emenda. — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. está colocando em votação o projeto ou a Emenda Substitutiva?

O SR. PRESIDENTE — Agora a emenda. Em votação. — APROVADA.

Em votação o PROJETO — APROVADO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 88/77, de autoria do

Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 102/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "CORAL BENTÓ MOSSURUNGA", com sede e foro na cidade de União da Vitória. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 103/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LONDRINA, com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 111/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o INSTITUTO BELÉM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede e foro na cidade de Ivaiporã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 114/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a Fundação do Bem-Estar do Menor da cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 119/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a entidade denominada "ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BRASIL PARA CRISTO", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 123/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 106/77, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 109/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 125/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de CAMPO LARGO, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução no. 287/77, que dispõe sobre a licença do Governador e Vice-Governador do Estado, para afastamento do cargo - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no. 93/77, que institui a EMAPAR — PARANÁ, vinculada à Secretaria de Agricultura. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, gostaríamos que a Mesa, já que procedeu a lei-

tura da súmula e do corpo do requerimento, que procedesse a leitura da justificativa que apresentou o autor para encaminhar essa matéria pedindo regime de urgência nessa questão.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Tão somente para informar ao nobre Deputado Enéas Faria, que o requerimento em tela não traz em seu bojo nenhuma justificativa. O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço à Mesa, diante do que voto contrariamente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, com meu voto contrário, e requerendo à Mesa verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Defiro. Será procedida a verificação.

11 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados ,rejeitam. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, objetivando providências para a instalação de agências do Banco do Estado do Paraná S/A, nos Distritos de Figueira, Município de Curiúva, e de Rosário, Município de Grandes Rios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, enfatizando a necessidade de criação e instalação de curso ginásial, 2o. grau, na cidade de Terra Roxa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo junto ao mesmo a determinação de data para instalação da Comarca de Terra Roxa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Agricultura, referente a quais as entidades administradas pela referida Secretaria que realizam programas de preservação e conservação de parques e reservas florestais, onde, com que custos, com que pessoal e diversos itens. — APROVADO.

Expediente firmado pelo Sr. Governador do Estado, solicitando autorização para que o Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, Vice-Governador do Estado, possa ausentar-se do País, por aproximadamente 60 (sessenta) dias, a partir de 12 do corrente mês, a fim de realizar na Alemanha Ocidental, curso intensivo de administração pública, destinado às autoridades brasileiras, promovido pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e às expensas desta. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de que seja reparada uma das injustiças do Quadro do funcionalismo estadual, propondo imediata solução para o pessoal suplementar. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento apresentado pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo, requerendo, na forma regimental, remessa de expediente ao Sr. Governador do Estado que apela a S. Exa., no sentido de que repare uma das injustiças do quadro funcional do Estado - extinção imediata do quadro suplementar composto de 5.666 serventes, das quais apenas 200 são funcionárias burocrá-

ticas - que cria um quadro especial integrado por todas as serventes suplementares, sem exceção, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, contado o tempo de serviço já prestado, para aposentadoria.

São mais de 5.000 servidoras no Estado do Paraná, centenas com mais de 10 anos de serviço, outras, que chegam a 20 ou mais anos, completamente marginalizadas, recebendo salários inconstitucionais, além de total instabilidade.

A boa vontade do Sr. Governador a CLT resolverão o grave problema.

Sala das Sessões, etc."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já ocupamos esta Tribuna na legislatura passada, quando defendemos a classe das serventes.

Fomos convidados para uma reunião na cidade de Londrina, onde tivemos oportunidade de dialogar com mais de 500 serventes, naquela cidade. Naquela época, as serventes recebiam vencimentos de 142 cruzeiros mensais, e não existia o período de férias; caso a servente adoecesse, teria que pagar, do seu bolso, uma substituta.

Hoje, as serventes estão enquadradas, recebendo o salário pelo tempo hora-serviço, prestado em cada estabelecimento de ensino.

Vemos aqui no requerimento, de que são vencimentos incompatíveis e inconstitucionais.

O motivo deste encaminhamento de votação do requerimento em foco, é dizermos que não se trata de inconstitucionalidade, porquanto as serventes vem recebendo vencimentos de acordo com o salário-mínimo e pela CLT.

Srs. Deputados, ocupo esta tribuna apenas para esta justificativa, porém, de forma alguma procuraremos impedir o encaminhamento do requerimento de V. Exa. Votaremos com o requerimento mas, com esta justificativa de que, já conseguimos um grande avanço à esta classe, que vinha sendo prejudicada e injustiçada, na realidade.

A reunião a que me referi, em Londrina, cujo resultado do trabalho levado a efeito, ao Secretário de Educação e Cultura na época, conseguiu que fossem melhorados os vencimentos das

serventes, classe que sabemos e conhecemos, é uma classe laboriosa, e que precisa, dentro das possibilidades do orçamento daquela Secretaria, que receba vencimentos a que tem direito e faz jus; sabemos, por outro lado, das dificuldades por que passam os estabelecimentos de ensino que precisam aumentar o seu quadro de serventes e já sabemos do estudo que existe junto à Secretaria da Educação e Cultura, para o enquadramento dessas serventes, e para poder dar o devido atendimento a cada estabelecimento de ensino, de acordo com as suas necessidades.

Assim sendo, tomei a palavra, simplesmente para fazer a justificativa de que não é constitucional o vencimento que recebem as serventes. Contudo, daremos apoio ao requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Educação e Cultura, sobre processo reclamatório de distribuição de aulas do Ginásio Estadual "Nestor Victor" do Município de Pérola. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 63, 65, 81, 88, 102, 103, 111, 114, 119 e 123/77, e de Resolução no. 109/77.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 92 e 109/77; marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nos. 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285/77 e de Lei nos. 70, 80, 87 e 91/77.

Levanta-se a Sessão.